



Fundo Nacional de Segurança pode ir a votação

PEC destina recursos a ações para equipar, capacitar e integrar polícias estaduais. Limite de ICMS sobre combustível de aviação também está na pauta do Plenário

O Plenário do Senado pode votar hoje a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O fundo tem o objetivo de financiar ações para capacitar, equipar e integrar as polícias civis dos estados.

Também está na pauta de hoje o projeto

que fixa o limite de 12% para a alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação usado em operações dentro do país. Hoje essa alíquota varia de 12% a 25%, dependendo do estado onde ocorre o abastecimento da aeronave. O combustível é o item que mais pesa no cálculo dos custos operacionais das companhias aéreas. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Lindbergh Farias e Roberto Requião (4º e 5º à esq.) conduzem debate

Privatização da Eletrobras é criticada em audiência pública

Participantes de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos condenaram a anunciada privatização da Eletrobras e de outras

estatais. O decreto que facilita a venda de ativos de estatais, assinado por Michel Temer na semana passada, também recebeu críticas no debate. **7**

Congresso examina vetos e créditos amanhã **3**

MP sobre dívidas rurais pode ter relatório votado **7**

Regulação da Lei Kandir deve dar mais um passo **3**

Indicados para Anatel e ANP serão sabatinados hoje **8**

Proposta proíbe "repasso oculto" do BC ao Tesouro **3**



Tônio Régio/ABr

Alerta para substância cancerígena deve ser bem visível na embalagem

Embalagens podem ter alerta para risco de câncer

Sugestão apresentada por participantes do Projeto Jovem Senador e transformada em projeto obriga fabricantes a informar sobre presença, em suas



fórmulas, de substâncias que podem provocar câncer. Médicos e nutricionistas defendem que consumidor saiba do risco antes de comprar produto. **4 e 5**

Especialistas querem mudar projeto do Código Penal

Especialistas em direito apresentaram na Comissão de Constituição e Justiça sugestões de mudanças ao projeto de lei do Senado que reforma o Código Penal. Uma das principais críticas dos debatedores está relacionada a medidas que estimulam o encarceramento. **8**

Comissão discute MP da demissão voluntária de servidor público

A comissão mista que analisa a medida provisória que cria o programa de demissão voluntária de servidor público do Poder Executivo reúne-se hoje para exame do projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, João Alberto Souza. A MP permite ainda reduzir a jornada de trabalho. **6**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Anastasia (C) foi autor do requerimento para a sessão pelo centenário de reconhecimento da terapia ocupacional

Senador defende mais terapia ocupacional no SUS

Em sessão especial do Senado para celebrar os 100 anos de formalização da terapia ocupacional como técnica reconhecida na área de saúde, o senador Antonio Anastasia defendeu que a atividade seja popularizada e passe a ser mais

oferecida pelo SUS. Profissionais e estudantes participaram da homenagem no Plenário da Casa. Representante do conselho da categoria, Patrícia Lima disse que é preciso investir na formação e atualização profissional. **2**

Estatuto do Trabalho deve proibir escravidão, diz desembargadora

Em audiência na subcomissão que elabora uma proposta de Estatuto do Trabalho, a desembargadora Silvana Abramo sugeriu que seja incluída de

forma expressa no estatuto a proibição do trabalho escravo, reafirmando o que está previsto hoje no artigo 149 do Código Penal. **6**



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Paulo Paim (3º à dir.) preside audiência sobre atualização da legislação trabalhista

Encartado nesta edição, segue o Jornal Senado Mulher



Reprodução

SUS deve usar mais terapia ocupacional, diz Anastasia

Com a presença de profissionais e estudantes, Plenário do Senado fez ontem sessão especial em homenagem aos 100 anos do reconhecimento da atividade como técnica da área de saúde

EM SESSÃO ESPECIAL do Senado, realizada ontem em homenagem aos 100 anos de formalização da terapia ocupacional como técnica reconhecida na área da saúde, Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu que a atividade seja popularizada e passe a ser mais adotada no Sistema Único de Saúde (SUS).

Autor do requerimento para a sessão, o senador afirmou também que o reconhecimento profissional da terapia ocupacional tem 100 anos, mas a atividade “remete a técnicas e sabedorias milenares”.

O senador contou que em visitas que fez a países com milênios de história registrada, como Grécia, China e Turquia, conheceu localidades onde na antiguidade já eram enviados cidadãos com enfermidades de ordem psicológica ou física para ações de reabilitação focadas no desenvolvimento de ocupações específicas.

— A atividade se consolidou mundialmente devido aos flagelos de guerras e con-

tos militares, mas hoje seu campo de atuação é bem mais amplo. É muito mais inserida e aplicada socialmente hoje em estratégias responsivas às diversas dificuldades impostas pelo estilo de vida moderno, fonte de esgotamento psicológico para muita gente devido ao estresse constante — disse Anastasia.

Formação

Profissionais e estudantes de terapia ocupacional participaram da homenagem no Plenário do Senado.

A vice-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), Patrícia Luciane Santos de Lima, defendeu que profissionais e gestores do setor e da saúde como um todo saiam da “zona de conforto” para promover o maior reconhecimento da atividade por parte da sociedade brasileira.

Para essa mudança de percepção, segundo Patrícia, é preciso investir na formação

e atualização profissional.

O terapeuta ocupacional é um profissional da área da saúde que trata, por meio de atividades de trabalho e lazer, as pessoas que apresentam disfunções capazes de interferir na realização das tarefas diárias.

O procedimento inclui técnicas e atividades que visam promover a autonomia dos indivíduos com dificuldades de integração à vida social por causa de alterações físicas, emocionais, cognitivas ou psicomotoras.

Reconhecimento

O reconhecimento da terapia ocupacional como técnica de saúde se deu a partir da fundação da Associação Americana de Terapia Ocupacional, em 1917, em Nova York.

Na época, a associação consolidou técnicas, intervenções e conhecimentos provenientes de tratamentos voltados para a reabilitação dos militares feridos em combates.



Terapeutas ocupacionais e representantes de organizações dos profissionais participam da sessão no Plenário

Paim: ações do governo mostram que não existe deficit na Previdência

Paulo Paim (PT-RS) voltou a discursar sobre a CPI da Previdência ontem. Ele afirmou que não há deficit que justifique a reforma previdenciária do governo. O senador censurou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que declarou que os números apresentados na CPI não refletem a realidade.

Paim também criticou medida provisória que dispensa produtores rurais de pagar juros, multas e correção monetária. Ele declarou que, com essa medida, o próprio governo afirma que não há deficit.

— Se tivesse deficit, ele não aumentaria a Desvinculação de Receitas da União de 20% para 30%. Como ele sabe que há superavit, tirou mais 10% da seguridade.

Capiberibe defende criação de fundo para a segurança pública

Autor da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (PEC 24/2012), João Capiberibe (PSB-AP) lamentou que o governo não demonstre interesse em aprová-la, enquanto, em 2016, o país registra o maior número de homicídios da história.

— O efetivo da Força Nacional de Segurança Pública triplicou. Para quê? Para fazer marketing político. Isso não vai resolver o problema da violência do país, sem uma política eficaz, uma política que mobilize os governos federal e estaduais e a sociedade.



Telmário Mota pede interligação do sistema de energia de Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) criticou o alto custo e a baixa qualidade da energia elétrica em Roraima. Ele afirmou que os roraimenses pagam mais que o dobro pelo megawatt/hora por ser o único estado sem ligação com o Sistema Interligado Nacional, dependendo da energia de termelétricas.

— Que o presidente Temer assuma esse compromisso, que já assumiu, com o estado de Roraima e faça a interligação do estado de Roraima. É preciso interligar Roraima. Não podem políticos sem escrúpulos e corruptos atrapalharem a vida do nosso povo.



Projetos obrigam exame de vista e audição no ensino fundamental

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode votar hoje, às 11h30, propostas que exigem exame de acuidade auditiva e visual para os alunos que ingressam no ensino fundamental. Os Projetos de Lei da Câmara

214/2015 e 104/2015 e o Projeto de Lei do Senado 483/2011 têm como relatora a senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão analisa fazer audiência sobre a adoção compulsória

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher tem reunião hoje. Devem ser votados 15 requerimentos, dos quais 13 são da deputada e relatora da comissão, Luizianne Lins (PT-CE). As senadoras Gleisi

Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) pediram audiência pública sobre a adoção compulsória, recomendada no caso de mães usuárias de drogas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Créditos recebíveis

9h Audiência sobre a securitização de créditos recebíveis. Entre os convidados, advogados, economistas e professores.

CI Nomes para Anatel, ANP e Dnit

9h Sábina de Emmanoel Campelo de Souza Pereira para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações e de Dirceu Cardoso Amorelli Junior para diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Em seguida, leitura de indicação para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

CAE Tarifa Social de Água e Esgoto

10h Entre 19 itens, o PLS 505/2013, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto.

CRA Importação de laticínios

11h Audiência interativa sobre a política de importação de laticínios, especialmente leite em pó. Foram convidados representantes dos Ministérios da Agricultura, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e das Relações Exteriores.

CE Títulos de patrono

11h30 Na pauta de 16 itens, o PLS 228/2016, que veda a outorga do título de patrono para pessoas vivas.

CMA Aquaponia

11h30 O PLS 162/2015, que incentiva a aquaponia, sistema de cultivo que une a piscicultura e a agricultura, é um dos 11 itens da pauta.

CMO Orçamento de 2018

14h Revisão do PLN 20/2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

LEI KANDIR Relatório final

14h Análise do relatório final.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o Projeto de Resolução do Senado 55/2015, que fixa alíquota máxima de 12% para o ICMS cobrado sobre combustível de aviação.

CCT Radiodifusão

14h30 Na pauta com 82 itens, análise de 80 projetos a respeito de concessão ou renovação de serviços de radiodifusão.

MP 788/2017 Restituição

14h30 Análise do relatório da medida provisória que cria regras para a restituição de valores creditados indevidamente para pessoas mortas.

MP 792/2017 PDV

14h30 Análise do relatório da medida provisória que criou Programa de Desligamento Voluntário no Poder Executivo federal.

PARLASUL Crianças vulneráveis

14h30 A Representação Brasileira no Parlasul analisa pauta com 3 itens. Entre eles, a MSG 186/2017, referente ao acordo para implementação de bases de dados de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

PRESIDÊNCIA Líderes

14h30 Reunião de líderes para definir a pauta da semana.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Plano

15h Análise de 15 requerimentos e definição do plano de trabalho, de autoria da deputada Luizianne Lins.

MP 793/2017 Furrural

15h Apresentação do relatório da medida provisória que permite a renegociação de dívidas de produtores com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Senado pode votar hoje fundo para segurança

Objetivo é financiar ações para equipar, capacitar e integrar as polícias estaduais. Também está na pauta projeto que limita em 12% a alíquota de ICMS sobre combustível de aviação

O PLENÁRIO DO Senado pode votar hoje a proposta que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (FNDSP). O objetivo é financiar ações para capacitar, equipar e integrar as forças policiais dos estados.

A PEC 24/2012 transfere para o fundo dois tributos pagos pelas indústrias de armas e material bélico: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), recolhido pela União, e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado por estados e Distrito Federal. O fundo é formado ainda pelo Imposto Sobre Serviços (ISS) pago pelas empresas de segurança privada aos municípios.

Aviação

Também consta da pauta do Plenário o projeto que fixa o limite de 12% para a alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação utilizado em

operações dentro do país de transporte aéreo regular, não regular e de serviços aéreos especializados.

O combustível é o item que mais influencia no cálculo dos custos operacionais das companhias aéreas. Atualmente, essa alíquota varia de 12% a 25% dependendo do estado onde ocorre o abastecimento. O texto original do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 55/2015, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), estabelecia a alíquota máxima de 18% na cobrança do ICMS sobre o querosene de aviação. Com as mudanças feitas pelo relator, Telmário Mota (PTB-RR), o teto ficou em 12% e a palavra “querosene” foi substituída por “combustível” de aviação. A alteração, sugerida por Vicentinho Alves (PR-TO), beneficia empresas de transporte aéreo regular e não regular que utilizam gasolina de aviação.



Ação da polícia civil em São José dos Pinhais (PR): fundo nacional vai financiar forças estaduais de segurança

O Senado ainda pode votar, em turno suplementar, projeto (PLC 5/2016) que torna obrigatória a reconstrução mamária gratuita em casos de mutilação decorrente de tratamentos de câncer. A novidade em relação à lei em vigor é que a plástica deverá ser feita nos dois seios, mesmo se o tumor se manifestar em apenas um, garantindo assim

a simetria das mamas. A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), afirma no relatório que “a mama reconstruída nunca será igual à mama removida”. Por isso, os procedimentos de aumento, elevação ou redução devem ser indicados para a outra mama.

Também deve ser votado projeto de decreto legislativo (PDS 42/2015) para sustar

dispositivo de portaria do Ministério da Saúde que cria dificuldades para o acesso de mulheres com idade entre 40 e 49 anos de idade ao exame de mamografia pelo SUS. Na sessão de quarta-feira, Vanessa Grazziotin defendeu a votação da proposta, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, se comprometeu a incluí-la na pauta de hoje.

Sessão do Congresso Nacional é adiada para amanhã

Foi transferida para amanhã a sessão do Congresso Nacional para a análise de vetos e projetos que liberam créditos para diversos órgãos e ministérios. A sessão, que inicialmente estava marcada para hoje, começará às 19h.

Um dos vetos constantes na pauta é ao projeto de reforma política da Câmara dos Deputados (VET 32/2017). O presidente Michel Temer rejeitou alguns pontos do projeto

que altera a legislação eleitoral (PLC 110/2017) como, por exemplo, o limite de 10% do rendimento do contribuinte em doações eleitorais. Outro trecho vetado foi a regra que obrigaria provedores de aplicativos e redes sociais a retirar da internet, em 24 horas e mesmo sem ordem judicial, qualquer publicação denunciada como falsa ou por incitação ao ódio contra partido ou coligação.

A pauta do Congresso também traz o veto parcial (VET 31/2017) ao projeto que institui o Fundo Especial de Financiamento de Campanha e altera as regras da propaganda partidária no rádio e na televisão (PLS 206/2017). Segundo o Executivo, os vetos “visam eliminar algumas regras específicas de propostas de distribuição de recursos do fundo especial” que entram em conflito com outros itens da legislação.

Colegiado analisa relatório sobre regulamentação da Lei Kandir

A comissão mista que analisa mudanças na Lei Kandir marcou para hoje a votação do relatório do senador Wellington Fagundes (PR-MT). A proposta apresentada pelo senador prevê uma regra estável para compensar os estados pela perda de arrecadação com a desoneração de produtos primários e semielaborados exportados.

Pelo projeto, serão entregues R\$ 9 bilhões, em valores de 1º de julho de 2017, aos estados e municípios. A transferência será realizada em 12 parcelas mensais, na proporção de 75% para os estados e 25% para os municípios.

Desses R\$ 9 bilhões, metade (R\$ 4,5 bilhões) será rateada segundo coeficientes fixos. A outra metade será rateada de acordo com coeficientes variáveis.

Para prover os recursos necessários para fazer frente

à nova obrigação, o projeto prevê a realocação de recursos públicos e a fixação de alíquota mínima de 30% para o Imposto sobre as Exportações incidente sobre recursos minerais.

Prazo

Deputados e senadores correm contra o tempo para aprovar novas regras sobre o tema. Em novembro de 2016, numa ação movida pelo Pará e outras 15 unidades da federação, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu o prazo de 12 meses para que o Congresso regulamente os repasses dos recursos da União aos estados.

Em vigor desde 1996, a Lei Kandir isenta do ICMS as exportações de produtos não industrializados. Os governos estaduais reclamam que não são recompensados corretamente pela União e a cada ano têm que negociar a quantia a ser repassada.

Repasse “oculto” do BC ao Tesouro pode ser proibido

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje projeto que proíbe o Banco Central (BC) de transferir automaticamente ao Tesouro o lucro auferido em operações cambiais. A lei atual determina que, quando houver lucro nessas operações, o BC repasse o valor ao Tesouro em dinheiro e, quando houver prejuízo, o BC seja coberto pelo Tesouro, com a utilização de títulos.

De autoria de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o PLS 314/2017 visa coibir uma brecha na legislação, que hoje permite

ao Banco Central financiar indiretamente o Tesouro.

Na justificativa do projeto, o senador explica que as operações cambiais são muito voláteis, em função da oscilação imprevisível da moeda. Ao repassar lucros em dinheiro e receber prejuízos sob a forma de títulos, o BC acaba disfarçadamente emprestando ao Tesouro, o que é vedado pela Constituição (artigo 164) e contraria a prática na maioria dos países desenvolvidos.

O voto do relator do projeto, Tasso Jereissati (PSDB-CE),

que é presidente da CAE, é pela aprovação, com quatro emendas. De acordo com o senador, a medida pode tornar mais realistas as contas públicas, estimulando uma gestão mais rigorosa.

“A acumulação de recursos oriundos da volatilidade do resultado do Banco Central gera falsa percepção de elevação do patrimônio da União, desestimulando a manutenção de política fiscal que vise o controle do deficit e da dívida pública”, explica Tasso no relatório.

Comissão de Orçamento se reúne para discutir pauta

O colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje para discutir a pauta da semana e a revisão da Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2018 (PLN 20/2017).

Após a reunião dos líderes, marcada para 14h, na sala de reuniões da presidência da comissão, os parlamentares vão se reunir no plenário 2 para analisar as propostas em pauta.

Entre elas, estão vários projetos que abrem crédito extraordinário a diversos órgãos e o projeto que trata da execução da Lei Orçamentária de 2017 (PLN 13/2017).

Da Agência Câmara



Wellington Fagundes e Lúcia Vânia na comissão mista da Lei Kandir

Alimentos e cosméticos podem ter alerta sobre substância cancerígena

Sugestão apresentada por estudantes no Projeto Jovem Senador e transformada em projeto de lei obriga fabricantes a informar consumidor sobre presença, em suas fórmulas, de elemento que pode provocar câncer

Juliana Steck

OS FABRICANTES DE cosméticos e alimentos que tenham elemento cancerígeno em suas fórmulas podem ser obrigados a incluir um alerta nas embalagens, rótulos, cartazes e materiais de divulgação. Hoje, para escolher alimentos mais saudáveis, o consumidor precisa ler e interpretar os rótulos dos produtos, observando os ingredientes utilizados, a composição nutricional e o tamanho das porções.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, no dia 21 de junho, a transformação em projeto de lei de uma sugestão apresentada pelos participantes do Projeto Jovem Senador de 2016, que propõe a obrigatoriedade do alerta. Segundo o projeto, caberá ao Ministério da Saúde regulamentar o assunto e manter atualizada uma lista de substâncias potencialmente cancerígenas para serem usadas como referência pela indústria.

Imagens, símbolos e textos em rótulos de alimentos ultraprocessados podem induzir as pessoas a comprar e consumir alimentos não saudáveis. A fotografia de uma fruta na embalagem de um suco artificial, por exemplo, pode fazer crer

que o produto é semelhante a suco natural feito da própria fruta. No entanto, estudo realizado em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) mostrou que, dos 18 produtos com apelo de frutas nos rótulos analisados, oito não apresentaram nenhum vestígio de fruta e a maior parte dos outros tinham em torno de 1% de fruta apenas.

Relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em 2015, revelou que o consumo de 50g de carne processada (como bacon, salsicha e presunto) por dia aumenta a chance de desenvolver câncer no estômago e região colorretal (do intestino) em 18%. A carne processada é modificada para ter um prazo de validade maior ou gosto diferenciado. Ela pode ser defumada, curada ou receber alguns aditivos como sal ou conservantes. Segundo o documento, são exatamente os aditivos que podem aumentar o risco de câncer.

Transparência

Atualmente, os produtos vendidos no Brasil são obrigados a ter no rótulo, em ordem decrescente de quantidade, os ingredientes que o compõem. Mas não há nenhum alerta sobre o ingrediente ser potencialmente cancerígeno.

Para justificar a apresentação da sugestão de projeto de lei, os jovens senadores Acsa Albuquerque, Eduarda Jacome, Emanuel Silva, Isabelle dos Santos, Ívina Borges, Jennyfer Ferreira, Luciana Grancieri, Marina Carcassola e Taíne de Conto informaram que,

“em outubro de 2016, a Agência Internacional para a Investigação do Câncer divulgou estudo sobre os riscos cancerígenos para os seres humanos colocados por uma variedade de substâncias que podem ser encontradas em cosméticos e alimentos industrializados.”

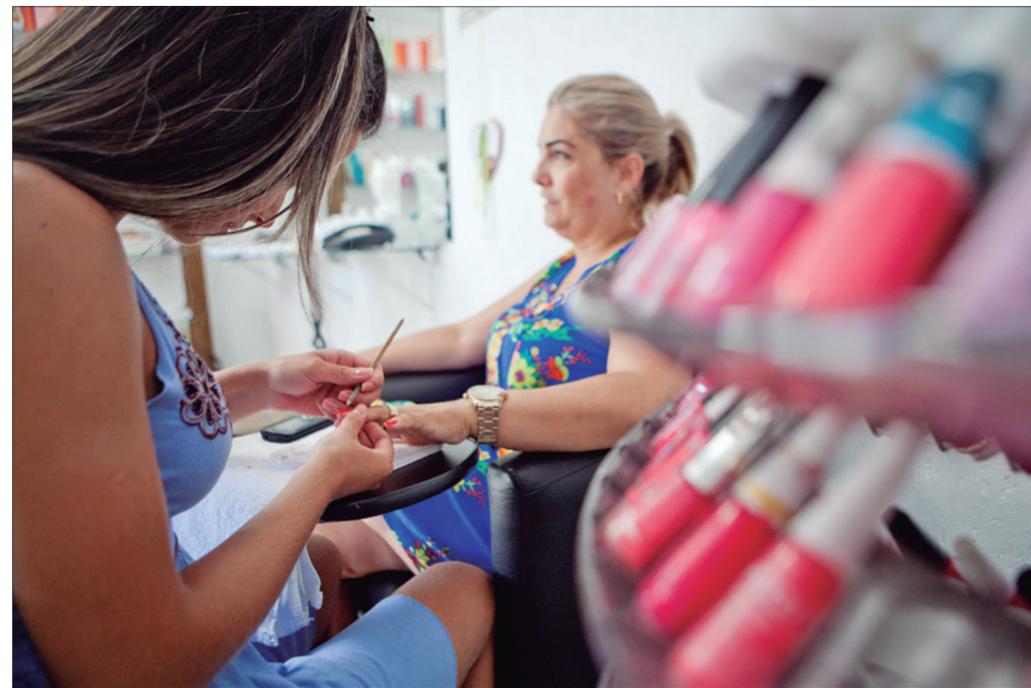
O objetivo, segundo eles, além de informar com maior clareza a respeito da natureza cancerígena dos produtos consumidos no Brasil, é incentivar as indústrias a reduzirem o uso de substâncias potencialmente nocivas à saúde.

Na CDH, a relatora da sugestão legislativa (SUG 3/2017) foi a presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI). O projeto (PLS 215/2017) encontra-se com o relator, Paulo Paim (PT-RS), na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Cosméticos

Até os anos 60, acreditava-se que os produtos aplicados na pele permaneciam nela. Por isso, apenas efeitos locais eram considerados antes da liberação para o mercado consumidor. No entanto, estudos mostraram que os produtos podem ser absorvidos, levando a efeitos sistêmicos. Hoje, os efeitos tóxicos decorrentes da exposição da população a produtos cosméticos vêm sendo reavaliados.

Até mesmo a classificação de produtos cosméticos é discutida. Por exemplo, os protetores solares são considerados como cosméticos na União Europeia, enquanto nos Estados Unidos são classificados como medicamentos de venda livre. As tinturas capilares são consideradas



Salão de beleza: sabe-se hoje que produtos químicos presentes em cosméticos são capazes de entrar no organismo e causar vários tipos de doenças, não só as dermatológicas



Regina Sousa, relatora da sugestão transformada em projeto de lei

cosméticos na Europa e Brasil, mas no Japão são classificadas como “quase-drogas”.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é responsável pela autorização de comercialização de produtos cosméticos por meio de notificação e registros, e pela fiscalização das empresas fabricantes. Antes de um produto ser lançado no mercado, a segurança deve ser avaliada pelo próprio fabricante ou importador.

Para a dermatologista funcional Mariana Lanat, “quando o governo permite a comercialização ou a entrada no país de produtos comprovadamente cancerígenos, está deixando de cumprir o seu papel. Principalmente se esses produtos são consumidos sem informações e sem alerta”.

Segundo a médica, substâncias cancerígenas não são necessárias em cosméticos, pois “existem outros conservantes e outras bases para hidratantes, esmaltes, desodorantes, xampus ou tintas de cabelo tão eficazes quanto elas”. O problema, afirma a médica, é que a indústria não os utiliza.

Alimentos

O médico Carlos Augusto Monteiro, da Unidade Técnica de Alimentação, Nutrição e

Câncer do Inca, sugere olhar a lista de ingredientes para evitar os alimentos cancerígenos.

— Os produtos ultraprocessados são compostos por pelo menos meia dezena de itens, a maioria que ninguém tem na sua cozinha. Outra forma fácil de identificar os ultraprocessados é pensar em produtos que podem ser consumidos a qualquer hora e lugar, pois já vêm prontos.

No Senado, a Comissão Senado do Futuro (CSF) promoveu em agosto um seminário para conhecer a legislação sobre o tema do Chile, uma das mais rígidas sobre etiquetagem da composição nutricional dos alimentos e sobre publicidade. Construída com o apoio de entidades sociais, a lei chilena incorpora o princípio do “direito de saber”. Todos os produtos alimentícios que estão além dos limites estabelecidos de gordura, sal e açúcar devem conter informações claras na embalagem.

— A lei teve imenso impacto sobre as crianças. Hoje, elas já sabem que têm de comer alimentos com menor quantidade de selos — afirmou o senador chileno Guido Girard, autor da lei.

Isabela Sattamini, nutricionista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), explicou a classificação dos alimentos: não processados ou minimamente processados (frutas, hortaliças, leite in natura, grãos e carnes, por exemplo); ingredientes culinários processados (óleos, manteiga, sal e açúcar); processados (pães, queijos e conservas). Os ultraprocessados, cada vez mais presentes nas prateleiras dos mercados, incluem salgadinhos, biscoitos, margarinas, refrigerantes, cereais matinais, embutidos. Ela lamentou que, por força da publicidade, esses

produtos sejam erroneamente apresentados como substitutos dos demais grupos de alimentos.

Aprovação

O exemplo do Chile e o PLS 215/2017 são considerados positivos por especialistas em saúde. O fisioterapeuta e doutor em medicina Rafael Lara considera o projeto “de suma importância”.

— Com o aumento da expectativa média de vida, temos observado nas últimas décadas uma elevação no surgimento de diversos tipos de câncer. Isso tem demandado constantes esforços de prevenção e diagnóstico precoce. No entanto, a maioria dos programas de saúde existentes se concentram no diagnóstico precoce, em identificar o mais cedo possível processo patológico já existente, com menos ênfase em prevenção, que é evitar o aparecimento da doença. A criação de lei obrigando a informação ao público da presença de agentes cancerígenos nos alimentos industrializados tem o mérito de estar em total afinidade com as ações preventivas.

Segundo ele, há diversos exemplos já bem estudados pela ciência de elementos carcinogênicos frequentemente presentes em alimentos industrializados.

— Sabemos, por exemplo, que a quantidade de moléculas de material plástico atualmente ingeridas pela maioria da população é preocupante. Diversas pesquisas já demonstraram que componentes de plásticos agem como xenoestrogênios, hormônios que aumentam muito a incidência de câncer de ovários e mama em animais expostos regularmente a tais substâncias.

Outro exemplo preocupante,

é o consumo exagerado de organoclorinas, provenientes de defensivos agrícolas, muito presente na alimentação brasileira. Regiões com alto uso de agrotóxicos apresentam incidência de câncer bem acima da média nacional e mundial. Desde 2009, o Brasil é o maior consumidor mundial desses produtos.

A dermatologista Mariana Lanat explica que o mesmo acontece com os cosméticos, em que são usadas substâncias como as benzofenonas, “que são parabenos, derivados do petróleo e extremamente cancerígenas”.

— Os parabenos alteram a função estrogênica e fazem uma modulação hormonal quando absorvidos pela pele. As próprias empresas de cosméticos que têm linha infantil não recomendam o uso em bebês com menos de seis meses por causa dos conservantes inadequados. Há outras substâncias consideradas nocivas, como formaldeído, silicone, triclosan, alumínio, alquilfenol, polietileno-glicol (PEG) e até mesmo óleo mineral, que também deriva do petróleo. Mesmo produtos para peles sensíveis que não possuem parabenos, contêm fenoxetanol, que é bastante prejudicial à saúde.

Segundo a dermatologista, muitas empresas multinacionais que representam produtos cosméticos aqui no Brasil, vendem os mesmos produtos na Europa com composição diferente, e lá estampam nos rótulos que eles não contêm as substâncias tóxicas.

— O PPD, por exemplo, é um derivado do formol muito presente em tinturas de cabelo. As empresas alegam que é uma quantidade muito pequena e o

Para indústria, o projeto não é necessário

Especificamente sobre o projeto dos Jovens Senadores, a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia) pronunciou-se por escrito: “Em se tratando de legislação vigente, a Abia sempre orienta suas associadas no sentido de que as normas devem ser atendidas na íntegra. Sobre o projeto em discussão, valem as seguintes reflexões:

Todas as substâncias listadas na Portaria Interministerial dos Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência que lista os Agentes Cancerígenos para Humanos (Linach), que se aplicam à área de alimentos, passam por um processo rigoroso de avaliação de segurança no país e por órgãos internacionais, além de serem utilizadas dentro dos limites estabelecidos e permitidos pela legislação brasileira. Ademais, atualmente, a declaração de aditivos/ingredientes é requisito obrigatório na rotulagem dos alimentos.

A Abia entende desnecessária a proposta de norma apresentada pelo PLS em questão, tendo em vista que atualmente, a informação que se pretende regulamentar já está devidamente regulamentada pela Anvisa, por meio da Resolução RDC nº 259/02 – Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados — Harmonizada no Mercosul.”

governo aceita. Mas há um efeito cumulativo, você vai usando o produto a vida inteira até que uma hora o organismo não consegue mais se defender. Os aromas naturais também são substituídos por sintéticos e muitos produtos cosméticos não precisam de aroma. Nos alimentos industrializados e de fast food há o mesmo problema, diz a médica.

— Conservantes, aromatizantes, flavorizantes, corantes, estabilizantes que, no nosso organismo, se transformam em algo imetabolizável. Causam vários tipos de alergias, doenças cardiovasculares, endocrinológicas e inflamatórias graves, até Alzheimer, Parkinson, além do câncer. Não dá para entender como ainda são autorizados no Brasil. E vão se acumulando.

Para Mariana Lanat, esse quadro só vai se reverter com um controle maior do governo

Substâncias e seus efeitos



Adoçantes

Os edulcorantes, conhecidos como adoçantes, mais utilizados são: estévia, sorbitol, aspartame, ciclamato, sucralose e sacarina. Inicialmente indicados para diabéticos, atualmente têm uso largo. Em excesso, podem causar dor de cabeça, mal-estar, alterações de humor e diarreia. Experimentos com animais revelaram o potencial do aspartame, ciclamato de sódio e sacarina sódica para desenvolvimento de câncer.



Açúcar

Segundo a OMS, no máximo 10% das calorias diárias devem vir do consumo de açúcar. Considerando dieta de 2.000 calorias, isso equivale a 50 gramas de açúcar/dia (dez colheres de chá). Outros nomes do açúcar são açúcar invertido, açúcar turbinado, dextrose, dextrina, frutose, glicose, glucose, maltose, maltodextrina, oligossacarídeos, sacarose, xarope glucose-frutose e xarope de milho.



Gordura e massas

Fast food e comida para aquecer, como sanduíches, hambúrgueres, pizzas e cachorros-quentes, lasanhas, salgadinhos e biscoitos contêm grande quantidade de gorduras e açúcares. As bebidas açucaradas, como refrigerantes, chás e sucos industrializados, possuem do mesmo modo alto teor calórico. Resultam, portanto, em sobrepeso e obesidade, que aumentam o risco de câncer.



Alcool

O etanol, em quaisquer quantidades, pode levar ao câncer de boca, faringe, laringe, esôfago, estômago, fígado, intestino (cólon e reto) e mama. A combinação de álcool com tabaco aumenta a possibilidade do surgimento desse grupo de doenças. O etanol tem o efeito cancerígeno sobre as células e, quando chega ao intestino, facilita a entrada de outras substâncias carcinogênicas nas células.



Conservantes

Ultraprocessados, como biscoitos doces ou salgados, lasanhas prontas, sopas em pó, macarrão instantâneo e cereais matinais, possuem grandes quantidades de sódio, conservantes, edulcorantes, flavorizantes, aromatizantes e espessantes. Carnes processadas (presunto, salsicha, linguíça, bacon, salame, mortadela, peito de peru e blanquet) podem aumentar a chance de desenvolver câncer.



Sal

O sal é essencial em pequenas quantidades. Em excesso pode causar câncer no estômago. Alimentos conservados em sal, como azeitonas, legumes, peixes e carne bovina também têm muito sódio. A OMS recomenda no máximo cinco gramas de sal por dia. Cerca de dois gramas estão presentes naturalmente nos alimentos. Assim apenas três gramas (duas colheres de chá rasas) devem ser usados no preparo das refeições.

e, principalmente, com uma educação alimentar, “que deveria ser uma disciplina nas escolas”.

— As crianças precisam saber o quanto os alimentos estão relacionados às doenças. Às vezes basta elas saberem, serem informadas, para deixarem de consumir. Quando entendermos o quanto alimentos de verdade são nutritivos, saborosos e práticos e, por outro lado, os industrializados são cheios de toxinas que nos fazem adoecer, a escolha a ser feita é natural.

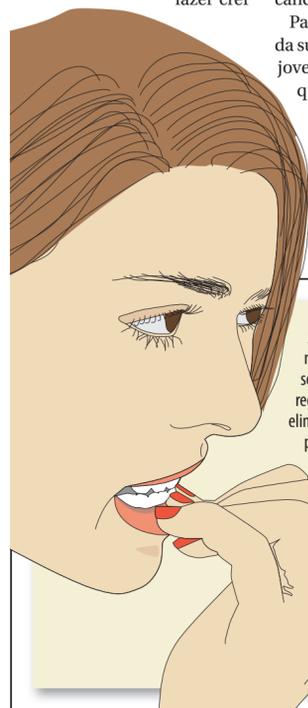
Saiba mais

Projeto
<http://bit.ly/PLS215de2017>

Inca
www.inca.gov.br

Ministério da Saúde
— Guia alimentar
<http://bit.ly/guiaAlimentar>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Os perigos nos cosméticos

As substâncias *dibutyl phthalate (dibutilftalato)*, *2-nitrolueno* e *furfural* não devem estar presentes nos esmaltes, ou, quando usadas, devem seguir rigorosamente a concentração máxima permitida na Europa e nos regulamentos da Anvisa. O *dibutilftalato* e o *nitrotoalueno* já foram inclusive eliminados nas fórmulas dos produtos na Europa, pois estudos apontaram ser potencialmente cancerígenos.

O *Sudam III* é um corante comum para cosméticos e tem potencial risco cancerígeno. Os riscos para saúde estão associados à ingestão acidental do corante devido ao hábito de roer as unhas ou em atividades domésticas comuns, como cozinhar ou assar. A substância está presente nos esmaltes azuis ou marrons, em sua maioria. Sabe-se que *Sudam III* é um corante vermelho-acastanhado sob condições normais. Quando submetido a condições ácidas, fica azul. Esse corante também ajuda a dar um aspecto grosso e brilhante ao esmalte.

Especialistas: nova lei deve proibir escravidão

Desembargadora que participou de audiência pública defende que o Estatuto do Trabalho, em elaboração no Senado, incorpore as normas do Código Penal sobre o tema

A DESEMBARGADORA SILVANA Abramo sugeriu que seja incluída de forma expressa no Estatuto do Trabalho, em elaboração no Senado, a proibição do trabalho escravo, repetindo o que está previsto hoje no artigo 149 do Código Penal. A magistrada, do TRT da 2ª Região, foi uma das convidadas da audiência pública de ontem realizada pela subcomissão da Comissão de Direitos Humanos que está elaborando uma atualização da legislação trabalhista brasileira.

Silvana disse que o estatuto tem que incorporar como regra própria as hipóteses do Código Penal, que tem um conceito amplo e moderno em relação ao tema. Além disso, ela também defendeu a expressa proibição do trabalho infantil.

A desembargadora sugeriu a idade mínima de 18 anos para o trabalhador, com autorização para estágio ou aprendizado a partir dos 16 anos. Assim, segundo ela, seria possível cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação,



Paim (C) coordena debate sobre estatuto que poderá ser alternativa à reforma trabalhista aprovada no Congresso

que diz que a educação básica e obrigatória vai dos quatro aos 17 anos.

Reforma

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, Artur Bueno de Camargo, lembrou que se aproxima a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, da reforma trabalhista. Ele afirmou que “as maldades” começarão a ser postas em prática em 11 de novembro. Camargo pre-

viu uma enxurrada de ações e defendeu a resistência das representações sindicais.

O procurador regional do Trabalho Cristiano Paixão, também se manifestou contra a reforma, a qual, segundo ele, é mais uma parte do movimento de destruição dos direitos sociais em curso no país.

Projeto

O representante do Ministério Público fez um alerta a respeito de projeto de lei em tramitação na Câmara (PL

6.442/2016), do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). O texto, disse o procurador, contém dispositivos inaceitáveis, como o que permite que o trabalhador rural seja pago com comida e moradia.

— Defensores da proposta dizem que as leis brasileiras e regulamentos impostos pelo Ministério Público do Trabalho desprezam usos, costumes e a cultura do campo. Só que tenho certeza de que a cultura do campo no Brasil não é a da escravidão — ressaltou.

A subcomissão ouviu também o presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal, Waldemiro Livingston de Souza, que protestou contra a recente demissão de 130 funcionários terceirizados e pediu a ajuda do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da subcomissão, e de outros parlamentares para que a decisão seja revertida.

Nova CLT

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho foi instalada em agosto com o objetivo de elaborar um estatuto para substituir a atual Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, a proposta seria uma alternativa à reforma trabalhista aprovada recentemente pelo Congresso.

Paim acredita que uma primeira versão seja apresentada em maio de 2018. Para isso, vem colhendo semanalmente sugestões em audiências. Na opinião dele, o texto só pode ser aprovado por um novo Parlamento, após as eleições de outubro de 2018.

Colegiado analisa demissão voluntária de servidor

A comissão mista que analisa a medida provisória que cria o programa de demissão voluntária de servidor público do Poder Executivo (MP 792/2017) reúne-se hoje para exame do projeto de lei de conversão apresentado à proposta.

Relatada por João Alberto

Souza (PMDB-MA), a MP permite reduzir a jornada de trabalho de oito horas diárias e 40 semanais para seis ou quatro horas diárias e 30 ou 20 horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional. Como incentivo à redução da jornada, o governo oferece o pagamento

adicional correspondente a meia hora diária. O senador incluiu no texto a previsão de que essas mudanças não alterem a jornada reduzida com remuneração integral a que já têm direito os servidores com deficiência e aos que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

Comissão vota incentivo para dessalinizar água do mar

Projeto que incentiva a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas, para o consumo humano no semiárido e nas bacias hidrográficas com poucos recursos hídricos, está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O PLS 259/2015, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), está sendo analisado em decisão final

na CMA. A dessalinização é o processo de remoção dos sais dissolvidos na água do mar ou nas águas salobras subterrâneas, produzindo água doce, que pode ser utilizada, principalmente, para consumo humano. Essa prioridade está prevista no projeto.

A CMA também pode votar o PLS 63/2017, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), que preside

o colegiado. A proposta agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a liberação obtida do poder público. Os infratores passarão a ser punidos com um a cinco anos de reclusão.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Lindbergh Farias contesta recuperação econômica do país

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a reforma trabalhista e contestou os números do governo sobre a economia. Segundo ele, sob Michel Temer, o Brasil tem 1,7 milhão de desempregados a mais e a geração de empregos com carteira assinada está em declínio.

O senador classificou como inconstitucional o decreto que permite a venda de ações de estatais sem licitação e afirmou que a lei orçamentária retira recursos da educação e da saúde.

— Aqui se expressa também a luta de classes no nosso país, e o Temer, no Orçamento, não difere do resto. Ele tem um lado: o lado é dos banqueiros, das grandes empresas.

Vanessa Grazziotin critica entrevista do presidente do TST

Em Plenário, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou ontem entrevista do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Martins, à *Folha de S. Paulo*.

A senadora disse não se conformar com o fato de o presidente do tribunal que defende os trabalhadores ser favorável a mudanças nas leis que beneficiam os patrões.

— O mínimo que o senhor deveria fazer era renunciar a seu posto de presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Conheço-o pessoalmente. Respeito-o muito. Respeitava-o até esse momento, porque Vossa Excelência não respeitou o povo brasileiro.



Waldemir Boretto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debatedores são contra Eletrobras privatizada

Decreto que facilita venda de ativos de estatais, assinado por Temer na quarta-feira, também foi alvo de críticas em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos

ESPECIALISTAS QUE PARTICIPARAM ontem de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se manifestaram contra a privatização da Eletrobras e de outras estatais.

O professor Nelson José Hubner afirmou que, com a venda da Eletrobras, daqui a cinco anos o país estará discutindo racionamento e explosão dos preços de energia. Hubner ressaltou que mesmo países liberais como a Noruega e os Estados Unidos mantêm suas usinas hídricas e produção energética nas mãos do Estado. Para ele, a Eletrobras garante a competição em um mercado oligopolizado.

— Nosso modelo hoje leva a competição tanto na expansão da nossa capacidade instalada quanto em sistema de transmissão — explicou.

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o domínio das fontes de energia é imprescindível para o desenvolvimento do país. Para o senador, as privatizações do governo Temer levarão a uma precarização “absoluta” do Brasil. Ele lamentou o que chamou de “Parlamento do capital”, já que através



Senadores Lindbergh e Requião (4º e 5º à esq.) conduzem audiência pública sobre privatização

do financiamento privado de campanhas, o Legislativo está precarizado e subordinado aos interesses do grande capital.

Venda de ativos

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou decreto assinado por Temer, na quarta-feira, que facilita a venda de ativos das estatais. Para o senador, o decreto

é inconstitucional, pois a criação e a venda de empresas estatais precisam passar pelo Congresso Nacional. Ele informou que as bancadas petistas estão tomando as medidas legislativas e jurídicas para derrubar o decreto.

— Estão tentando legalizar ilegalidades já cometidas. A Petrobras vendeu 66% do Campo de Carcará, do pré-sal, sem licitação, para a estatal norueguesa

Statoil, com o preço do barril de petróleo saindo a US\$ 2. Isso é um presente.

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, ressaltou que, ao transferir ativos à iniciativa privada, o país entrega sua soberania, com impacto severo sobre empregos e desenvolvimento local.

Resistência

O diretor-presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Jair Pedro Ferreira, defendeu os bancos públicos como indutores do desenvolvimento, pois regulam o mercado, geram empregos e operam políticas públicas de forma mais eficiente.

O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) ressaltou a importância de uma luta articulada para resistir às privatizações de Temer. Ele destacou que é preciso que os parlamentares e líderes sindicais se qualifiquem para mostrar que as privatizações são um crime contra o país.

Comissão mista vota relatório sobre dívidas de produtores rurais

Após a leitura ontem do relatório da deputada Tereza Cristina (PSB-MS), o presidente da comissão mista que analisa a MP 793/2017, senador Dário Berger (PMDB-SC), concedeu vista coletiva ao documento, favorável à aprovação da medida, porém com mudanças em relação ao texto original. O relatório será votado hoje.

A relatora acolheu 383 das 745 emendas apresentadas. A MP instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O objetivo é facilitar a quitação de dívidas dos produtores rurais com a Previdência. A previsão é que a renúncia fiscal do governo chegue a R\$ 5,5 bilhões somados os próximos três anos.

A medida permite a renegociação dos débitos dos produtores rurais com o Fundo de Assistência do Trabalhador

Rural (Funrural) e reduz a alíquota dessa contribuição a partir de 1º de janeiro de 2018. Funrural é o nome popular para a contribuição paga à Previdência Social pelos produtores rurais pessoa física que empregam trabalhadores.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a contribuição inconstitucional, decisão que beneficiou uma empresa. Em março passado, em novo julgamento, o STF mudou o entendimento e autorizou a cobrança, decisão que tem repercussão geral. Entre os dois julgamentos, milhares de produtores rurais ganharam liminares na Justiça contra o tributo, o que gerou um passivo, boa parte depositado em contas judiciais. Desde a decisão do STF, a Frente Parlamentar da Agricultura e o setor rural vinham negociando com o governo uma saída para o passivo existente.

Importação de leite será discutida em audiência hoje

A política brasileira de importação de produtos lácteos será debatida hoje pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Três ministros foram convidados para a audiência: Blairo Maggi, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Marcos Pereira, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Aloysio Nunes Ferreira, das Relações Exteriores.

O pedido de audiência é do presidente da comissão, Ivo Cassol (PP-RO). Segundo ele, em especial a importação de leite em pó tem prejudicado a pecuária brasileira. O objetivo da audiência é analisar possível revisão da política atual.

Em 2016, as importações de lácteos foram 78,8% superiores a 2015, segundo dados do governo. No mercado interno, dados do IBGE sobre 2016

indicam queda na produção de leite: cerca de 918 milhões de litros a menos do que em 2015. Em outubro, o governo anunciou suspensão temporária das importações de leite do Uruguai, até que se comprove não haver triangulação nas exportações para o Brasil, segundo Blairo.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Colegiado fará debate sobre securitização de créditos

A Comissão de Direitos Humanos promove audiência pública hoje sobre a securitização de créditos recebíveis, operação para antecipar o repasse de dinheiro devido a pessoas físicas e jurídicas e a entes públicos.

O requerimento para a audiência é de Paulo Paim (PT-RS) e partiu de proposta da ONG Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Foram convidados a

coordenadora da ONG, Maria Lucia Fattorelli; o deputado estadual Paulo Ramos, do Rio de Janeiro; os vereadores Gilson Reis, de Belo Horizonte, e Hilton Coelho, de Salvador; a professora Raquel Cardeira Varela, da Universidade Nova de Lisboa; o professor Ladislau Dowbor, da PUC de São Paulo; o professor Antônio Gomes de Vasconcelos, da Universidade Federal de Minas Gerais; o

vice-presidente político-institucional do Conselho Federal de Contabilidade, Joaquim de Alencar Bezerra Filho; o economista Michael Roberts; e o diretor de Fiscalização da Dívida Pública do Tribunal de Contas União (TCU), Alessandro Aurélio Caldeira.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Ana Amélia informa prejuízo de produtores de leite do RS e critica MST

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que o preço do leite não cobre o custo de produção e isso fez com que 19 mil produtores do Rio Grande do Sul deixassem a atividade.

A situação piorou depois que o governo autorizou a importação de leite do Uruguai, já suspensa, durante a safra



gaúcha, informou. A senadora sugeriu medidas para minimizar os prejuízos, como colocar o leite na merenda escolar e nos programas sociais.

Ana Amélia também criticou a destruição causada pelo MST a uma fazenda na Bahia, com prejuízo de R\$ 60 milhões.

Acir Gurgacz defende o fortalecimento do agronegócio e da agricultura familiar

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu o fortalecimento do agronegócio, em especial da agricultura familiar que, segundo ele, sustenta a balança comercial brasileira.

O senador relatou dificuldades dos produtores rondonienses em relação ao valor cobrado pelo leite. Para ele, é difícil



explicar que, enquanto os consumidores pagam de R\$ 3 a R\$ 5 no litro, o preço para o produtor não passa de R\$ 0,70.

— Se deixarmos na mão do mercado, os laticínios formam cartel e determinam o preço do leite, sempre para obterem mais lucros às custas do suor dos agricultores.

Wellington Fagundes pede urgência para votação da regulamentação da Lei Kandir

Relator da regulamentação da Lei Kandir, Wellington Fagundes (PR-MT) chamou atenção em Plenário ontem para a importância do tema, que espera seja votado com urgência. O projeto, que define as regras para compensar estados e municípios pelas perdas com o ICMS, foi classificado pelo senador como uma oportunidade

única para fazer justiça aos entes federados que produzem itens de exportação.

— Verdade que os montantes repassados ficarão aquém do que muitos esperam, mas nem por isso deixarão de ser relevantes. Além do mais, o aumento pleiteado é compatível com nossa capacidade de auferir essas receitas.

Participantes de audiência defendem mudanças no novo Código Penal

Em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, especialistas criticaram medidas que favorecem o encarceramento

ESPECIALISTAS EM DIREITO apresentaram ontem sugestões de mudanças ao projeto de lei do Senado que reforma o Código Penal (PLS 236/2012), relatado por Antonio Anastasia (PSDB-MG). Representantes de entidades de policiais, promotores, advogados, defensores públicos e juízes participaram de audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Emanuel Rangel, criticou medidas que, segundo ele, estimulam o encarceramento. Ele citou o endurecimento de penas, a dificuldade para progressão de regime, a abolição do livramento condicional e a possibilidade de conversão de multa em prisão. Para Rangel, o Brasil atravessa “uma epidemia de superencarceramento”. Ele apresentou dados do Rio de Janeiro, onde a população carcerária passou de 24 mil pessoas em 2003 para 51 mil em 2016.

— Será que isso refletiu uma melhora da segurança pública para a população fluminense? Não acreditamos que um projeto que amplia o leque do direito penal vá dar o resultado que se espera. A gente precisa tentar romper essa lógica do encarceramento como método — argumentou.

Criminalidade

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Carlos Eduardo Sobral, rebateu. Ele disse que o Código Penal “é um instrumento de pro-



Juízes, defensores e representantes do MP foram ouvidos em debate presidido por Antonio Anastasia (5º à esq.)

moção da segurança pública” e que “há um clamor grande da sociedade para enfrentar a criminalidade”.

Sobral reconheceu que políticas públicas podem reduzir a violência. Mas, segundo ele, os resultados podem demorar até 20 anos para aparecer.

— Onde há o Estado, o índice de criminalidade diminui. Mas o que fazer até o pleno funcionamento de boas políticas públicas de segurança, saúde e educação? Se chegarmos à conclusão de que temos criminosos que devem estar presos, a solução é construir e manter bons presídios — afirmou.

Homicidas soltos

O presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Roberto Carvalho Veloso, salientou que o Brasil tem mais de 60 mil mortes violentas por ano. São casos de homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Mas, segundo ele, apenas 8% desses crimes são levados a julgamento. Veloso defendeu

a inclusão de medidas no Código Penal para desafogar as varas criminais em casos de baixo potencial ofensivo.

— Existem 5 mil processos para apurar pequenos delitos. O Estado deve se preocupar com os grandes crimes, os crimes graves — disse.

Uma das medidas sugeridas durante a audiência foi o *plea bargain*, espécie de acordo entre a acusação e o réu. De acordo com esse instrumento, o acusado se declara culpado em troca da redução da pena.

Vice-presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Victor Hugo de Azevedo Neto defendeu a inclusão da medida no novo Código Penal. Ele recomendou, no entanto, que o *plea bargain* não seja adotado em julgamentos dos crimes contra a vida: homicídio, induzimento ao suicídio, infanticídio e aborto.

— É absolutamente impensável que um sistema de justiça criminal possa funcionar se tiver que investigar através de um inquérito do século

passado e processar obrigatoriamente todos os fatos delituosos ocorridos no solo brasileiro. As partes poderão celebrar acordo para aplicação imediata de penas antes da audiência de instrução e julgamento — disse.

“Histeria punitiva”

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Antonio Palmeira de Araujo, disse que o Brasil experimenta uma “histeria punitiva”. Ele criticou a possibilidade de inclusão no novo Código Penal da teoria do domínio do fato, pela qual uma pessoa que tenha autoridade sobre outra que pratica um crime poderia ser responsabilizada pelo mesmo delito.

— Me preocupo com a interpretação aberta das leis para que a ditadura não tenha trocado de roupa: tirado a farda e vestido outras vestes. Quando trazemos teorias abertas, estamos trazendo um sistema penal ditatorial, em que o indivíduo fica fragilizado.

Requião: Lava Jato ignora corrupção na venda de bens públicos

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que os responsáveis pela Operação Lava Jato estão afastados da realidade política e econômica do país, facilitando a entrega do patrimônio nacional por um governo atolado em corrupção e comandado por um presidente denunciado duas vezes na Justiça pela prática de crime comum.

Exemplo disso, para ele, foi o recente leilão de campos do pré-sal, em que o Brasil concedeu R\$ 1 trilhão em benefícios a empresas do setor sem considerar que esse dinheiro seria muito bem-vindo em setores como a Previdência.

— Um governo de meliantes faz isso e todos fazem cara de paisagem.

José Medeiros se queixa da alta das passagens aéreas

Viajar de avião está muito mais caro, mesmo após a cobrança pelo despacho das malas, contrariando posição da Agência Nacional de Aviação Civil e das companhias aéreas, disse José Medeiros (Pode-MT).

Segundo ele, entre junho e setembro a alta apurada pela Fundação Getúlio Vargas foi de 35,9%, e de 16,9% para o IBGE. Para Medeiros, a agência não está defendendo os consumidores.

— A decisão monocrática da Anac vai contra aquela que queremos acreditar ser a função primordial de qualquer agência reguladora: fiscalizar em nome do povo brasileiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Indicados para ANP e Anatel serão sabatinados hoje pelos senadores

A Comissão de Infraestrutura (CI) sabatina hoje o advogado Emmanoel Pereira, indicado para integrar o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Conforme relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM), ele é doutor em Direito

pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e foi membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Outro sabatinado será o engenheiro Dirceu Amorelli Junior para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombus-

tíveis (ANP). Braga atesta em seu relatório a qualificação do indicado: mestre em ciências econômicas e doutor em planejamento energético, Amorelli foi assessor técnico da diretoria da ANP.

A CI também ouvirá o relatório de Wellington Fagundes

(PR-MT) sobre a indicação do economista Mauro Magalhães para diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão vota medida sobre devolução de recursos pagos a falecidos

A comissão mista que analisa a MP sobre a devolução de recursos indevidamente creditados por órgãos públicos para pessoas falecidas (MP 788/2017) vota hoje o relatório do senador Humberto Costa (PT-PE).

De acordo com o governo, a medida pode acelerar a devolução aos cofres públicos, apenas no plano federal, de

R\$ 600 milhões em créditos indevidos já efetuados. Atualmente, informa o Planalto, há uma defasagem média de 59 dias entre o falecimento do servidor ou pensionista e a comunicação do óbito ao órgão de origem, o que resulta no acúmulo de recursos públicos em contas particulares, com possibilidade de saques irregulares.

Os bancos dificultam a restituição dos valores sob a alegação da existência de resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que atribui apenas ao próprio correntista poder para movimentar sua conta ou autorizar um débito. Para o relator, a proposta resguarda os interesses dos entes públicos nas três esferas federativas quanto à resti-

tuição dos valores e, ainda, oferece segurança jurídica às instituições financeiras para a devolução dos recursos, sem risco de questionamento legal.

Humberto Costa modificou diversos pontos da MP, com ajustes que ele mesmo defendeu ou por meio do acolhimento de 11 das 16 emendas apresentadas por membros da comissão.

Muniz comemora participação do Brasil na WorldSkills

Roberto Muniz (PP-BA) destacou a participação brasileira na competição de educação profissional WorldSkills, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. O senador cumprimentou os jovens que conquistaram o vice-campeonato no evento, que reuniu 1.300 competidores.

Ele alertou para o fato de que menos de 10% dos estudantes secundários recebem educação profissional, ressaltando que os jovens precisam usar sua criatividade.

— Em vez de a gente pensar “fora da caixinha”, vamos pensar em “construir caixinhas”.



Waldemir Barreto/Agência Senado